

Em reunião paralela ao 16º Seminário de Proteção à Privacidade e Proteção de Dados, membros da Rede Lusófona criam Grupos de Trabalho para aprofundar questões relativas à privacidade digital. Iniciativa, agora, dispõe de logomarca e, em breve, terá página web

Representantes das autoridades de proteção de dados dos países de língua portuguesa, que compõem, formalmente, a Rede Lusófona de Proteção de Dados (RLPD) reuniram-se, nesta terça-feira (26), em evento paralelo ao 16º Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados pessoais, realizado em São Paulo, para delinear os próximos passos da colaboração recíproca. A pauta focou na estruturação da rede e na definição de temas prioritários, marcando um avanço significativo para a cooperação entre as autoridades de proteção de dados de língua portuguesa.

Durante o evento, os representantes aprovaram a criação e a operação de Grupos de Trabalho (GTs) que irão aprofundar discussões sobre questões críticas da privacidade digital. Entre os temas definidos como prioritários, destacaram-se a biometria, os neurodados, a inteligência artificial, a vigilância e a transferência internacional de dados. A reunião também deu início à proposta de um estudo comparativo das normativas nacionais de proteção de dados, visando a harmonização das legislações.

Além das discussões técnicas, o encontro abordou questões organizacionais, como a criação de uma logomarca e de um site oficial para a RLPD. A marca escolhida foi criação do servidor da Assessoria de Comunicação da ANPD, André Scofano e busca representar a identidade linguística do grupo, por intermédio da contemporânea releitura do leiaute tradicional das letras “R”, de Rede; e “L”, de lusófona, a partir da forma como elas eram grafadas no século XV, tendo o dado pessoal como centro de interesse.

Participaram, além do Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Waldemar Gonçalves; Faustino Varela Monteiro, da Comissão Nacional de Proteção de Dados de Cabo Verde; José Manuel Macumbo Costa Alegre, da Agência Nacional de Proteção de Dados Pessoais de São Tomé e Príncipe; Maria das Dores Jesus Correa Pila, da Agência de Proteção de Dados de Angola; Lourino Chemani, do Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação de Moçambique; Paula Meira Lourenço, da Comissão Nacional de Proteção de Dados de Portugal; e Joana Io, de Macau, China.

Estratégias e desafios para a cooperação são tema de painel

Na véspera, o grupo reuniu-se no painel 2, “Autoridades de Proteção de Dados Pessoais de Países Lusófonos”, em que debateram os desafios, estratégias e a cooperação entre as autoridades de proteção de dados de língua portuguesa, momento que se destacou a importância de fortalecer a legislação e a fiscalização diante dos recentes avanços tecnológicos.

Waldemar Gonçalves, destacou o status da ANPD como uma organização ainda nova e em

estruturação. "A Autoridade, criada em 2018, teve seus primeiros diretores empossados apenas em novembro de 2020", afirmou. Ele ressaltou, também, os desafios de construir a autoridade do zero, incluindo a falta de pessoal e espaço físico. Ele detalhou a estratégia de atuação da ANPD, que foca na definição de uma agenda regulatória com cerca de 20 itens para os próximos dois anos. Entre os principais pontos, o presidente citou a criação do sandbox regulatório para a inteligência artificial, que visa fomentar a inovação responsável ao mesmo tempo que garante a proteção de dados. Ele também sublinhou o papel da ANPD no cenário global, com a presidência da Rede Lusófona e a participação em organizações internacionais.

Os demais membros do painel complementaram a discussão, trazendo as experiências de seus respectivos países. Faustino Varela Monteiro (Cabo Verde) mencionou o desafio de reter profissionais qualificados diante das melhores ofertas do setor privado. Já José Manuel Macumbo Costa Alegre (Tomé e Príncipe) destacou a necessidade de aplicar multas para garantir a notificação prévia do tratamento de dados.

Por sua vez, Maria das Dores Jesus Correa Pila (Angola) revelou que a agência de seu país, criada em 2019, começou a aplicar sanções para ganhar visibilidade e reforçar a conformidade, resultando em multas que já ultrapassam 1,2 milhão de dólares. Lourino Chemani (Moçambique), ressaltou o desafio das transferências internacionais de dados e o trabalho para que plataformas digitais estrangeiras se adequem às leis nacionais. Finalmente, Paula Meira Lourenço (Portugal), enfatizou a longa trajetória de 31 anos de sua comissão e a importância de iniciativas para a proteção digital de menores de idade.

Fonte: [ANPD](#), em 26.08.2025.